



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

PARECER/RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 79, de 2020 (nº 636, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.*

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.



SF/20477.23571-93



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

O Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, nascido em 9 de outubro de 1961, em Niterói, Rio de Janeiro, é filho de Irídio Silva e Maria da Penha Albuquerque Silva.

Com significativa formação acadêmica, o indicado iniciou em 1979 o curso de engenharia química na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sem concluí-lo. Em 1985, graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Igualmente possui mestrado em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, na Bélgica.

No Instituto Rio Branco, finalizou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1987 e o Curso de Altos Estudos em 2007, com a seguinte tese: “A Conferência Mundial de Durban e a política externa brasileira”.

Durante a carreira diplomática, alçou o cargo de Terceiro-secretário em 1987, Segundo-secretário em 1994, e, por merecimento, de Primeiro-secretário em 2001, Conselheiro em 2005, Ministro de segunda classe em 2008 e Ministro de primeira classe em 2015. Durante esse percurso, exerceu funções na Divisão de Visitas (1988); Divisão da África II (1988-93); Missão junto à CEE, em Bruxelas (1993-96); na Embaixada em Bogotá (1996-99); Divisão de Direitos Humanos (1999-02); Missão junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington (2002-06); Embaixada em Santiago (2006-08); e Divisão de Temas Sociais (2008-12). Desde 2017, é Cônsul-geral no Consulado-Geral em Vancouver.

Ademais, foi chefe de gabinete do presidente do Supremo Tribunal Federal (2012-2014), chefe da assessoria internacional do Superior Tribunal de Justiça (2014-2015), chefe de gabinete do Ministro de Estado da Defesa (2015), assessor especial do Ministro da Casa Civil da Presidência da República (2015-2016) e secretário especial adjunto de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania (2016-2017).

Autor de várias obras, dentre as quais destacamos: “As Nações Unidas e a Luta Internacional do Racismo”, de 2011; e “A Consulta Prévia





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho Sobre os Povos Indígenas e Tribais”, de 2012.

Além do currículo do diplomata indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Quênia, bem como sobre as Repúblicas de Uganda, da Somália e do Burundi. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

O relacionamento bilateral com o Quênia teve início em 1964, um ano após o país africano obter sua independência do Império Britânico e se tornar membro da *Commonwealth*. Em 1967, foi estabelecida missão diplomática em Nairóbi, que foi elevada à Embaixada em 1974. Trata-se de um país estável politicamente, com Constituição democrática atualizada em 2010, e com boa estrutura logística, que auxilia no escoamento da produção de Uganda, Burundi e Ruanda.

O Quênia, por sua vez, abriu embaixada em Brasília no ano de 2006. Nesse período teve início o incremento das relações entre os dois países por meio da realização de comissões mistas bilaterais. No âmbito dessas iniciativas, foram celebrados acordos nas áreas de saúde (ações de combate à AIDS e programas de prevenção e controle da malária) e de cooperação técnica (capacitação de órgãos quenianos em matéria de prevenção e combate de incêndios).

O Quênia abriga vários escritórios de agências internacionais e sedia o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT). É, portanto, peça chave para a diplomacia na região dos grandes lagos.

Nova e mais profícua etapa do entendimento entre os dois países, no entanto, deu-se a partir da viagem do então Presidente Lula a Nairóbi em 2010. A primeira visita de Chefe de Estado brasileiro ao Quênia





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

representou forte incentivo ao relacionamento Brasil/Quênia. Dessa viagem, resultou a celebração de vários acordos em diferentes domínios, bem como estreitamento da cooperação nas áreas de saúde, de políticas sociais, educação, meio ambiente e agricultura. Desde então, intensificaram-se visitas de delegações quenianas ao Brasil.

Do ponto de vista parlamentar, missões quenianas visitaram o Brasil em outubro de 2019 e em março de 2020, interessadas em descentralização administrativa, gerenciamento de desastres, eleições por voto eletrônico, combate à corrupção e temas agrícolas.

Do ponto de vista de cooperação, atualmente vigora o Projeto “Cotton-Victoria”, com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva do algodão na África Oriental, que inclui também o Burundi e a Tanzânia. Além disso, há o projeto bilateral “Apoio ao aumento da produção e do consumo doméstico de mandioca”, a visar ao desenvolvimento da cultura da mandioca no Quênia, em parceria com a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR). Na área educacional, em maio de 2018 foi inaugurada a estratégia para alimentação escolar no Quênia, além de ser este país um dos mais beneficiados no continente africano pelo Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), a fim de ofertar a possibilidade de estudo superior no Brasil.

Esse contexto é tanto mais favorável quanto mais se tem em conta que o Quênia possui a maior e mais diversificada economia da África Oriental. Essa região tem figurado, nos últimos anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano.

O comércio bilateral havia crescido mais de 300%, ao passar de US\$ 9 milhões (2000) para US\$ 290 milhões (2012), mas sofreu queda e, em 2019, baixou a patamar de US\$ 58,2 milhões. As importações seguiram em mesmo patamar, o de US\$ 1,3 milhão em 2019 (em comparação com US\$ 1,4 milhão em 2012). Foram nossas exportações que baixaram, em razão de ter findado o pagamento pela compra de nossas aeronaves da Embraer pela Kenyan Airways. Atualmente, nossa pauta exportadora é dominada por máquinas mecânicas, automóveis, papéis e plásticos.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

De acordo com o Relatório de gestão do Embaixador brasileiro Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, podem ser adensados o relacionamento com o Quênia da seguinte forma:

(a) colaboração no domínio de defesa e vigilância de fronteiras, com registro dos bons resultados dos cursos, realizados em Nairóbi, de gerenciamento de projetos de engenharia no contexto de operações de paz, em 2018 e 2019;

(b) cooperação no campo dos esportes, em que existe tanto o interesse queniano na expertise brasileira no futebol, como do Brasil no talento queniano no atletismo e corrida de fundo (com centro de excelência e de treinamento estabelecido na cidade de Eldoret);

(c) possibilidade de retomar a cooperação em áreas em que já se empreenderam iniciativas, como na área ambiental, na qual o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em visita ao Quênia, trocou experiências sobre gestão de parques e unidades de conservação com autoridades locais; e

(d) cooperação entre academias diplomáticas, que poderia assumir a forma de videoconferências, videocursos, palestras e seminários. Registre-se, nesse ponto, a participação, pela primeira vez na história do relacionamento bilateral, de um diplomata queniano, o terceiro secretário Robert Tasekwa, no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, na qualidade de bolsista.

No tocante às Repúblicas de Ruanda, Uganda, Somália e do Burundi o relacionamento é menos dinâmico. Tanto do ponto de vista das trocas comerciais quanto da cooperação técnica os desafios continuam significativos. O Brasil tem, assim, campo expressivo para a ampliação das relações com essas Repúblicas. A partir de Nairóbi, o desenvolvimento do intercâmbio com esses países pode e deve se dar.

Convém registrar, ainda, que o setor consular da Embaixada em Nairóbi presta apoio à comunidade de brasileiros, estimada em cerca de 300





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

pessoas no âmbito de sua jurisdição (Quênia, Ruanda, Uganda, Somália e Burundi).

Ruanda é um país marcado ainda pelo genocídio de 1994, entre a etnia hutu e a tutsi, em que foram vitimados de 500 a 800 mil pessoas de origem tutsi ou de hutus moderados.

O Governo de Paul Kagame busca e de certa forma tem êxito na reconciliação nacional e na recuperação econômica, com controle inflacionário.

As relações bilaterais com o Brasil são incipientes, com algumas iniciativas na área de agricultura e segurança alimentar, ou apoio brasileiro a ajuda humanitária ao campo de refugiados de Kigeme em Ruanda ou de aquisição de equipamentos médicos para combater a epidemia do coronavírus.

Contudo, o futuro pode ser promissor, pois é um mercado que se abre, o que já foi aproveitado por algumas empresas brasileiras, como a de produtos eletrônicos Positivo BGH, instalada em Kigali para produzir computadores portáteis, a serem fornecidos a órgãos governamentais.

Uganda também tem sido marcada por conflitos armados, além de instabilidades políticas. Atualmente, o Presidente Yoweri Museveni, de 76 anos, que está há 36 anos no poder, tenta se manter à custa de repressão. O candidato opositor, Bobi Winer (Robert Kyagulanyi) foi preso acusado por promover aglomeração em momento de pandemia, quando estava em ato de campanha. Em protesto contra essa prisão, cerca de 40 pessoas foram mortas. Após essas manifestações, o candidato foi solto após pagar fiança. As eleições serão dia 14 de janeiro do próximo ano.

O Brasil não mantém projetos bilaterais de cooperação com esse país, em que pese iniciativas passadas com atividades isoladas nas áreas de biocombustíveis, segurança alimentar, desenvolvimento social e esportes.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

Do ponto de vista econômico, há certa estabilidade macroeconômica, mas o intercâmbio atual é baixo, sendo nossas exportações basicamente de máquinas mecânicas e veículos automóveis.

Já Burundi é um pequeno país presidencialista, de maioria cristã, e independente desde 1962. Apesar de ter enfrentado guerra civil por dez anos (1993-2003), hoje mantém estabilidade.

Burundi abriu embaixada em Brasília em 2012 e com esse país mantemos vários projetos de cooperação, tais como os atrelados à saúde (combate ao HIV/AIDS), à energia (biocombustíveis), ao esporte (capacitação em futebol) e à segurança alimentar (doação de alimentos e alimentação escolar).

Contudo, o relacionamento comercial é praticamente inexistente.

Por fim, a Somália, País praticamente formado por adeptos do islamismo sunita (a religião oficial), é uma república federal parlamentarista. Sua formação deriva da independência em 1960 de uma parte colonizada por britânicos e outra por italianos.

É um país que ainda sofre com grupos de aspirações autonomistas, piratas e terroristas, como o al-Shabaab. Contudo, desde 2012 houve avanços no processo de paz.

O Brasil tem feito igualmente ajuda humanitária a esse País nos últimos anos, a incluir aquela para combater o coronavírus, mas não possui cooperação de caráter estruturante. Além disso, nosso comércio bilateral é pequeno e não há registro de investimento brasileiro na Somália.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/20477.23571-93